BANCO CNH CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

FIAT INDUSTRIAL

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825, Parte,
Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035
Fax: (0xx41) 2107-7540

CNH BANCO CNH CAPITAL

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração do Banco CNH Capital S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao segundo semestre de 2011, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Desde o início de suas operações, o Banco tem como missão a promoção de financiamentos que fomentem a venda de máquinas de equipamentos agrícola e de construção, sempre com foco na liquidez e na criação de valor. Para atingir este propósito, atua com modernas ferramentas de análise financeira e profissionais altamente capacitados. Além disso, promove ações voltadas ao treinamento das equipes de atendimento dos concessionários CNH, cria canais de relacionamento com os clientes e participa das principais feiras de negócios do Brasil.

O Banco CNH Capital S.A., em atendimento às exigências das Resoluções do Conselho Monetário Nacional, de números 3.380, 3.464 e 3.721, considerando ainda o contido na Circular nº 3.477 do Banco Central do Brasil, implementou, após a aprovação pela Diretoria, as políticas institucionais de gerenciamento de risco operacional, de mercado e de crédito, com estrutura constituída sob a forma de Comitê de *Compliance*, vinculados diretamente à Diretoria da Instituição. Os relatórios contendo a descrição da estrutura das respectivas áreas acima mencionadas, encontram-se disponíveis na página da Instituição na rede mundial de computadores (internet), no endereço: www.cnhcapital.com.

A seguir descrevemos um resumo de cada estrutura de risco:

A) Estrutura de Risco Operacional

Dentro dos princípios da Resolução nº 3.380 de 29/06/2006 do CMN, o Banco CNH Capital S.A. tem definida uma política e estrutura de gerenciamento de Riscos Operacionais (RO) aprovada pela Diretoria da Instituição. A estrutura de RO consiste em: a) um comitê de Riscos Operacionais composto pelo *Board* de Diretores, pelos responsáveis à gestão de RO e pelos gestores de algumas áreas operacionais e b) uma área de gestão de RO que subordina-se diretamente ao responsável por Controles Internos, área esta ligada à Diretoria Financeira. A estrutura formalizada na política prevê atendimento aos procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados a RO e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam desta estrutura. O relatório que contém a estrutura está disponível no site www.cnhcapital.com.

Atendendo ainda ao Acordo de Basileia II, o Banco CNH Capital S.A. vem gerenciando seus riscos, utilizando a abordagem básica na utilização de alocação de capital.

B) Estrutura de Risco de Mercado

Em conformidade com a Resolução BACEN nº 3.464, o Banco CNH Capital S.A. define como risco de mercado a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes de flutuações no mercado de posições detidas pelo Banco. Estas posições referem-se ao risco:

- de operações sujeitas à variação cambial;
- de taxas de juros; e
- de preços de ações e mercadorias (*commodities*).

A Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado se integra com a estrutura de Gestão de Riscos Operacionais, porém, possui um escopo diferenciado e focado no controle da variação do valor de mercado das posições mantidas pelo Banco. Essa estrutura deve identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados às perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pelo Banco CNH Capital S.A.

O Comitê de Gestão de Risco de Mercado se integra e faz parte do Comitê de *Funding* e do Comitê de Gestão de Risco de Liquidez. Este comitê se reúne periodicamente, conforme calendário divulgado previamente e delibera sobre os assuntos pertinentes à: Captação, Risco de Mercado e Risco de Liquidez.

O atual modelo de negócio do Banco CNH Capital S.A. não inclui, nem prevê o uso de instrumentos /operações financeiras relacionadas a ações e/ou mercadorias (*commodities*), motivo pelo qual os processos, políticas e controles propostos destinam-se apenas à gestão do risco de operações sujeitas à variação cambial e à variação das taxas de juros.

Atribuições básicas na Gestão de risco de mercado:

- Monitorar e controlar a exposição a risco de mercado, conforme os limites estabelecidos nas políticas do Banco CNH Capital S.A.;
- Recomendar, quando aplicável, alterações às políticas de gestão de risco de mercado;
- Identificar previamente os riscos inerentes a novas atividades e produtos; e
- Realizar simulações de condições extremas de mercado.

C) Estrutura de Risco de Crédito

O Banco CNH Capital S.A. possui uma estrutura específica para a gestão do risco de crédito, a qual se reporta à Diretoria Financeira e tem como missão, identificar, mitigar, controlar, mensurar e estimar as perdas associadas ao risco de crédito, através de um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, instrumentos e processos vigentes, exigindo disciplina e cautela nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. Faz parte da estrutura de gerenciamento do risco de crédito: a) equipe específica de *Credit Risk Management*; b) políticas de crédito alinhadas com as normas globais do Grupo; c) modelos *(scores)* para concessão e manutenção do crédito; d) equipe *underwriting* especializada e alçadas diferenciadas para a avaliação de cada proposta.

Para o Banco CNH Capital S.A., é de suma importância minimizar o risco e, por consequência, manter as perdas de crédito em um nível aceitável. Para tanto, executamos, periodicamente, desenvolvimentos, processos, análises e controles sobre toda a nossa carteira de crédito, tanto para a carteira ativa quanto para novas concessões. Dessa forma, estamos adequados às exigências dos órgãos reguladores, garantindo assim a aderência às leis e regulamentos, com foco na Resolução nº 3.721 do Conselho Monetário Nacional.

Relativamente ao índice de Basiléia, as instituições financeiras devem manter o patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderados por fatores que variam de 0% a 300%. Em 31 de dezembro de 2011, o índice de Basiléia do Banco CNH Capital S.A. era de 28,99%, conforme demonstrativo de resumo de cálculo abaixo:

	2011
Patrimônio líquido ajustado	1.035.119
- Redução dos ativos diferidos conforme Resolução nº 3.444 do BACEN	(2.804)
- Redução dos ganhos/perdas de ajustes a valor de mercado em disponível para venda e derivativos	582
Patrimônio de referência de Nível I	1.032.897
- Soma dos ganhos/perdas de ajustes a valor de mercado em disponível para venda conforme Resolução nº 3.444 BACEN	(582)
Patrimônio de referência de Nível II	(582)
Patrimônio de referência PR	1.032.315
Alocação de capital por nível de risco	391.685
Risco de crédito	356.627
Risco de mercado	1.793
Risco operacional	33.265
Patrimônio de referência exigido (PRE)	389.892
- Índice de Basiléia	29,12
- Índice de Basiléia Amplo (inclui RBAN)	28,99

No que tange ao Direito do Consumidor, o Banco CNH Capital S.A., atendendo ao disposto na Resolução nº 3.477, do Conselho Monetário Nacional, implantou sua *Ouvidoria*, que tem como função ser canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na medição de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Banco CNH Capital S.A., tem suas operações voltadas ao financiamento para aquisição de produtos da CNH Latin America Ltda. Dentro desse cenário, 57% do total do *portfólio* corresponde a operações do segmento agrícola e 17,50% ao segmento de construção. O Banco CNH Capital S.A. também opera com o financiamento de estoque de concessionários, o que corresponde a 25,50% do *portfólio*.

Considerando a carteira de produtos financiados, utilizando as linhas de crédito do BNDES, representa 65% do total de financiamentos da carteira.

O resultado do semestre registrou um lucro, após a dedução da provisão para o imposto de renda e contribuição social no valor de R$ 53.597 milhões por lote de mil ações. No semestre, houve uma reversão de crédito tributário no valor de R$ 94.044 milhões, relativo ao imposto de renda e contribuição social, incidente sobre as *provisões* e despesas temporariamente indedutíveis.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é fundamentada na análise e classificação das operações em níveis de risco, sendo julgada, pela Administração, suficiente para a cobertura de eventuais perdas. Ao final do exercício, o saldo da provisão, considerando honras e *off book* era de R$ 331.434 milhões, representando 9,28% do valor da carteira de operações de crédito.

Curitiba, 10 de fevereiro de 2012

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 - *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)*

ATIVO

	Nota Explicativa	2011	2010
CIRCULANTE		1.797.057	1.691.942
Disponibilidades	4	864	2.402
Aplicações interfinanceiras de liquidez		153.267	295.054
Aplicações no mercado aberto	5	153.267	295.054
Títulos e valores mobiliários	6b	-	-
Carteira própria		-	6.906
Provisão para desvalorizações		-	(6.906)
Operações de crédito	7.a	1.510.635	1.225.712
Operações de crédito:			
Setor privado		1.627.967	1.478.379
Provisão para perdas em operações de crédito		(117.332)	(252.667)
Operações de arrendamento mercantil	7.b	(6.745)	(22.226)
Operações de arrendamento a receber:			
Setor privado		31.112	40.616
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(30.429)	(39.497)
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil		(7.428)	(23.345)
Outros créditos		116.996	169.636
Créditos por avais e fianças honrados	7.e	86.422	76.074
Diversos	8	115.606	166.453
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7.e	(85.032)	(72.891)
Outros valores e bens		22.040	21.364
Outros valores e bens		21.079	20.851
Provisão para desvalorizações		(261)	(25)
Despesas antecipadas		1.222	538
NÃO CIRCULANTE		1.550.257	1.248.041
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	84.919	-
Aplicações no mercado aberto		84.919	-
Títulos e valores mobiliários	6a	148.869	39.459
Carteira própria		148.869	39.459
Operações de crédito	7.a	1.078.149	917.140
Operações de crédito:			
Setor privado		1.153.410	1.131.653
Provisão para perdas em operações de crédito		(75.261)	(214.513)
Operações de arrendamento mercantil	7.b	(1.929)	(4.063)
Operações de arrendamento a receber:			
Setor privado		31.000	24.244
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(31.000)	(24.244)
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil		(1.929)	(4.063)
Outros créditos		240.249	295.505
Diversos	8	240.249	295.505
PERMANENTE		141.931	503.725
Investimentos		577	596
Outros investimentos		1.084	1.103
Provisão para perdas		(507)	(507)
Imobilizado de uso		2.024	2.283
Outras imobilizações de uso		5.701	5.863
Depreciações acumuladas		(3.677)	(3.580)
Imobilizado de arrendamento	9	136.115	496.309
Bens arrendados		356.295	488.973
Depreciação acumulada		37.134	342.722
Depreciações acumuladas		(257.314)	(335.386)
Diferido		2.804	4.287
Gastos de organização e expansão		5.618	6.164
Amortização acumulada		(2.814)	(1.877)
Intangível		411	250
Ativos intangíveis		511	300
Amortização acumulada		(100)	(50)
Total		3.489.245	3.443.708

PASSIVO

	Nota Explicativa	2011	2010
CIRCULANTE		982.148	1.173.005
Depósitos	10	289.050	305.945
Depósitos interfinanceiros		117.595	204.773
Depósitos a prazo		171.455	101.172
Obrigações por empréstimos e repasses		546.566	614.615
Repasses do país - instituições oficiais		546.566	614.615
Instrumentos financeiros derivativos	22	881	1.265
Instrumentos financeiros derivativos		881	1.265
Outras obrigações		145.651	251.180
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		208	211
Sociais e estatutárias		3.471	2.944
Fiscais e previdenciárias	8.b	13.824	8.857
Diversas	8.a	128.148	239.168
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO (NÃO CIRCULANTE)		1.382.728	1.696.470
Depósitos	10	175.078	484.386
Depósitos interfinanceiros		2.067	106.572
Depósitos a prazo		173.011	377.814
Obrigações por empréstimos e repasses	11	1.126.966	970.059
Repasses do país - instituições oficiais		1.126.966	970.059
Instrumentos financeiros derivativos	22	1.208	369
Instrumentos financeiros derivativos		1.208	369
Outras obrigações	16	79.476	241.656
Fiscais e previdenciárias	8.b	11.702	87.159
Diversas	8.a	67.774	154.497
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	12	89.250	82.257
Resultados de exercícios futuros		89.250	82.257
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	1.035.119	491.976
Capital - de domiciliados no exterior		795.452	428.542
Capital - de domiciliados no País		5.377	5.377
Reserva de capital		113.908	64.817
Reserva de lucros		120.964	25.309
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários		(582)	435
Prejuízos acumulados		-	(32.505)
Total		3.489.245	3.443.708

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 - *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)*

	Nota explicativa	Capital social realizado	Aumento de capital	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	Lucros / Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		396.365	37.555	64.817	25.309	(642)	(64.228)	459.176
Integralização de capital		37.555	(37.555)	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários		-	-	-	-	1.077	-	1.077
Ajuste ao valor de mercado - quotas CETIP		-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	31.723	31.723
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		433.920	-	64.817	25.309	435	(32.505)	491.976
Mutações do exercício		37.555	(37.555)	-	-	1.077	31.723	32.800
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		433.920	-	64.817	25.309	435	(32.505)	491.976
Integralização de capital		366.909	-	49.091	-	-	-	416.000
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários	5.a e 21	-	-	-	-	(1.017)	-	(1.017)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	128.160	128.160
Destinações:								
Reserva legal		-	-	-	6.408	-	(6.408)	-
Reserva outras		-	-	-	89.247	-	(89.247)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		800.829	-	113.908	120.964	(582)	-	1.035.119
Mutações do exercício		366.909	-	49.091	95.655	(1.017)	32.505	543.143
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011		800.829	-	113.908	29.037	61	38.331	982.166
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários		-	-	-	-	(643)	-	(643)
Aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	53.596	53.596
Destinações:								
Reserva legal		-	-	-	2.680	-	(2.680)	-
Reserva outras		-	-	-	89.247	-	(89.247)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		800.829	-	113.908	120.964	(582)	-	1.035.119
Mutações do semestre		-	-	-	91.927	(643)	(38.331)	52.953

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 - *(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco CNH Capital S.A. ("Banco") foi constituído em 9 de novembro de 1998 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil BACEN em 4 de janeiro de 1999. As atividades operacionais tiveram início em 5 de abril de 1999.

O Banco está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil, passando a operar no repasse de linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME) a partir de abril de 1999. Atualmente, as operações do Banco são voltadas ao financiamento para a aquisição de produtos da CNH Latin America Ltda., através das linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME), crédito ao consumidor - CDC, operações de arrendamento mercantil e empréstimo de capital de giro.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, inclusive com as alterações da Lei nº 11.638/07 e aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil BACEN, através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e de outros regulamentos dessa Instituição.

Em aderência ao processo de convergência das normas internacionais de contabilidade, o comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- **a)** CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- **b)** CPC 03 - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- **c)** CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- **d)** CPC 10 - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- **e)** CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- **f)** CPC 24 - Contabilização e divulgação de eventos subsequentes - homologado pela Resolução nº 3.973/11; e
- **g)** CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados *"pro rata"* dia.

b) Fluxo de caixa

Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, a Companhia utiliza o método indireto, segundo o qual, o lucro líquido ou prejuízo é ajustado pelos seguintes efeitos:

(i) das transações que não envolvem caixa;

(ii) de quaisquer diferimentos ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros; e

(iii) de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

Os valores considerados como caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e as aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e/ou com data de vencimento original igual ou inferior a 90 (noventa) dias na data da contratação.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São avaliadas pelo montante aplicado acrescido dos rendimentos incorridos até à data dos balanços. É constituída provisão para ajuste a valor de mercado, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº 3.068/2001, foram classificados nas seguintes categorias:

I. Títulos disponíveis para venda: são avaliados a valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada: "Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários", líquido dos efeitos tributários, e acrescidos dos rendimentos auferidos até à data do balanço, os quais foram lançados no resultado; e

II. Títulos mantidos até o vencimento: títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira de manté-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelos valores de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até à data do balanço, os quais foram lançados no resultado.

e) Instrumentos financeiros derivativos

Conforme determinado na Circular BACEN nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de swap são avaliados e contabilizados pelos seguintes critérios:

- Operações de *swap* - O diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados em receita ou despesa *pro rata* até à data do balanço. As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas, na data do balanço a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização, conforme segue:
- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge* - em conta de receita ou despesa no resultado do período.
- Instrumentos financeiros considerados como *hedge* - são classificados como *hedge* de risco de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos itens-objeto de *hedge* devem ser ajustados ao valor de mercado, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais e balanços. Os *hedges* de risco de mercado são destinados a compensar o risco decorrente da exposição à variação no valor de mercado do item-objeto de *hedge*. Sua valorização ou desvalorização deve ser registrada à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os *hedges* de fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa estimado. A valorização ou desvalorização da parcela efetiva deve ser registrada em contrapartida em conta destacada no patrimônio líquido, deduzidos os efeitos tributários. A parcela não efetiva do *hedge*, quando aplicável, é reconhecida diretamente no resultado do período.

f) Provisão para perdas em operações de crédito

A provisão para perdas em operações de crédito, avais e fianças e de arrendamento mercantil, foi constituída com base na análise individual dos créditos a receber de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo considerada suficiente pela Administração para a cobertura de riscos com eventuais perdas. Adicionalmente, foi observado o conteúdo da Resolução CMN nº 3.749/2009, que estabelece critérios para a classificação de operações de crédito rural, objeto de renegociação.

g) Bens não de uso próprio

No recebimento de bens não de uso próprio, é adotado o menor valor dentre os seguintes:

1. valor do crédito;
2. valor de bem apurado em laudo de avaliação, com indicação dos critérios de avaliação e dos elementos de comparação adotados, e instituído com documentos relativos ao bem avaliado; e
3. na hipótese de crédito já baixado como prejuízo e na ocorrência de incerteza, quanto ao valor da realização do bem-objeto de dação em pagamento, prevalece o valor do bem apurado em laudo de avaliação. O reconhecimento como receita não operacional se dará quando da alienação.

h) Arrendamento mercantil

As depreciações sobre os bens arrendados são registradas mensalmente de forma linear, com base nos respectivos prazos usuais de vida útil, reduzidos em 30%, exceto para os contratos com pessoas físicas, que são depreciados de acordo com os prazos normais, de acordo com a legislação fiscal vigente.

Os valores residuais garantidos, que representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a conta de "Valores residuais a balancear", no grupo de operações de arrendamento mercantil.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por lote de mil ações)

	Nota Explicativa	2º Semestre 2011	2º Semestre Exercício	Exercício 2010
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		397.925	685.047	662.946
Operações de crédito	7.a	241.232	430.608	396.841
Operações de arrendamento mercantil	7.b	129.500	203.235	197.225
Operações com títulos e valores mobiliários	6	27.336	51.488	71.272
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	22	(143)	(284)	(2.392)
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(263.158)	(387.021)	(536.820)
Captações no mercado	10	(30.161)	(67.208)	(107.923)
Empréstimos, cessões e repasses	11	(38.362)	(80.067)	(122.580)
Operações de arrendamento mercantil	7.b	(115.438)	(176.136)	(158.530)
Provisão para perdas com créditos	7.f	(79.197)	(63.610)	(147.787)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		134.767	298.026	126.126
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(43.945)	(82.142)	(70.209)
Receitas de prestação de serviços		1.265	2.569	4.359
Despesas de pessoal		(12.585)	(24.376)	(19.018)
Resultado de participação em controlada		-	5	-
Outras despesas administrativas	15	(24.365)	(45.518)	(39.167)
Despesas tributárias		(7.380)	(15.475)	(11.442)
Outras receitas operacionais	16	6.452	10.353	4.329
Outras despesas operacionais	17	(7.332)	(9.700)	(9.270)
RESULTADO OPERACIONAL		90.822	215.884	55.917
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(455)	158	(1.512)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E AS PARTICIPAÇÕES		90.367	216.042	54.405
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13	(35.699)	(85.855)	(21.669)
Imposto de renda corrente		(11.398)	(11.699)	(931)
Contribuição social corrente		-	(258)	(15.965)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(24.301)	(73.898)	(4.773)
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NO LUCRO		(1.072)	(2.027)	(1.013)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		53.596	128.160	31.723
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES		67	160	73

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2011 2º Semestre	2011 Exercício	2010 Exercício
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido	53.596	128.160	31.723
Ajustes ao lucro líquido	460.745	482.986	443.570
Depreciações e amortizações (nota 15)	525	1.066	1.120
Depreciação de arrendamento mercantil	115.241	175.504	380.653
Superveniência de depreciação	281.492	305.588	(100.979)
Provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	79.197	63.610	147.786
Provisão para desvalorização - bens não de uso	(86)	(293)	883
Provisão para contingências	1.564	2.546	4.759
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(24.301)	(73.898)	4.773
Resultado na alienação de valores e bens	1.168	1.876	2.560
Redução / aumento em resultados de exercícios futuros	5.945	6.992	2.015
Equivalência patrimonial	-	(5)	-
Variação em ativos e passivos:	(726.778)	(1.050.120)	(694.304)
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez	(84.919)	(84.919)	-
Aumento / redução / aumento em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(108.356)	(109.972)	54.185
Redução em operações de crédito e de arrendamento	(413.823)	(544.511)	226.326
Aumento em outros créditos	151.577	244.066	5.486
Aumento / redução em outros valores e bens	(1.564)	(2.267)	(3.154)
Redução em depósitos	(68.980)	(326.203)	(258.117)
Redução em obrigações por empréstimo e repasses	131.255	88.858	(724.746)
Redução / aumento em outras obrigações	(332.018)	(315.172)	5.716
Caixa líquido originado em atividades operacionais	(212.437)	(438.974)	(219.011)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Alienação / (aquisição) em imobilizado de uso	(77)	180	(251)
Alienação / (aquisição) em imobilizado de arrendamento	(104.796)	(120.898)	(230.962)
Alienação / (aquisição) de bens não de uso próprio	107	7	(3.765)
Alienação de investimentos	20	25	(596)
Aplicação no ativo diferido	113	546	(508)
Baixa / aplicação no ativo intangível	(155)	(211)	(298)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(104.788)	(120.351)	(236.380)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital	-	366.910	-
Reserva de ágios por subscrição de ações	-	49.090	-
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamentos	-	416.000	-
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(317.225)	(143.325)	(455.391)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	471.356	297.456	752.847
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	154.131	154.131	297.456
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(317.225)	(143.325)	(455.391)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2011 2º Semestre	2011 Exercício	2010 Exercício
1 - RECEITAS	327.501	637.119	527.577
Intermediação financeira	397.925	685.047	662.946
Prestação de serviços	1.265	2.569	4.360
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (constituição)	(79.197)	(63.610)	(147.787)
Outras receitas operacionais	6.452	10.353	4.329
Outras despesas operacionais	1.056	2.760	3.729
2 - DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(183.961)	(323.411)	(389.033)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(32.648)	(56.611)	(52.407)
Materiais, energia e outros	(323)	(544)	(374)
Serviços de terceiros	(3.928)	(6.624)	(6.404)
Outras despesas administrativas	(19.552)	(37.142)	(31.118)
Outras despesas operacionais	(7.332)	(9.700)	(9.270)
Outras despesas não operacionais	(1.513)	(2.604)	(5.241)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1+2+3)	110.892	257.094	86.137
5 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(525)	(1.066)	(1.120)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4+5)	110.367	256.028	85.017
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	110.367	256.028	85.017
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal	11.628	22.297	17.102
Remuneração direta	8.330	16.147	13.151
Benefícios	2.456	4.542	2.812
Encargos	842	1.608	1.139
Impostos, taxas e contribuições	45.044	105.372	36.042
Federais	44.616	104.512	34.917
Estaduais	4	24	38
Municipais	424	836	1.087
Remuneração de capitais de terceiros	99	199	150
Aluguéis	99	199	150
Remuneração de capitais próprios	53.596	128.160	31.723
Lucros retidos / prejuízo	53.596	128.160	31.723
Total	110.367	256.028	85.017

Conforme diretrizes estabelecidas pelo BACEN, o Banco ajusta suas demonstrações financeiras pela diferença apurada entre o valor contábil de arrendamentos a receber, imobilizado de arrendamento e o valor presente da soma dos respectivos saldos a receber, líquidos de receitas financeiras de retorno de cada contrato, como superveniência ou insuficiência de depreciação, no imobilizado de arrendamento. Os ajustes são registrados, quando positivos, a crédito de receitas de operações de arrendamento mercantil e, quando negativos, a débito de despesas de operações de arrendamento mercantil, em contrapartida ao imobilizado de arrendamento.

i) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros *("Impairment")*

É reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado, contabil